

Mãe denuncia negligência no HBDF

Após peregrinar por vários hospitais com o filho, que precisava ser operado, ela afirma que o viu morrer sem atendimento

Marcelo Abreu
Da equipe do Correio

Uma história complicada, mas rotineira. E não é enredo de novela. É real. Uma mãe abalada emocionalmente com a morte do filho acusa um hospital público de negligência, descaso e omissão. Quer fazer disso o seu grito de protesto e de indignação.

A doméstica Maria José da Silva, 36 anos, conta, em lágrimas, a peregrinação e sofrimento por que passou com o filho Wesley José, de 18 anos, no mês de agosto último.

Segundo ela, desde o final de julho o rapaz começou a sentir terríveis dores de cabeça. “A gente dava remédio e não passava”, lembra. Ela e o marido resolveram, então, levá-lo ao Hospital Pronto Norte. “Lá, os médicos descobriram que ele tinha um caroço no lado esquerdo, perto da orelha. Disseram que Wesley tinha apenas uma infecção de ouvido”, conta.

Medicado, o rapaz voltou para casa, em Santa Maria.

No dia 8 de agosto, numa quinta-feira, as dores recomeçaram. Desta vez, mais fortes. “A dor era tanta que ele revirava os olhos”, continua a mãe. Os pais de Wesley decidiram interná-lo no Hospital Regional do Gama, onde o rapaz passou dois dias.

“Lá, um médico disse que meu filho não tinha nada, apesar do estado dele”, indigna-se Maria José.

No domingo, dia 11, já em casa, Wesley voltou a sentir as dores e teve febre alta. O caroço perto da orelha crescia.

“Ficamos desesperados e o leva-

mos ao Hospital de Base (HBDF). Na porta do pronto-socorro, nem quiseram nos atender. Mandaram a gente para o Hospital da Asa Norte (HRAN)”, detalha Maria.

MALIGNO

No HRAN, de acordo com Maria, seu filho foi bem atendido. Ele recebeu medicamentos que amenizaram a dor de cabeça. Mas Wesley precisava fazer uma tomografia computadorizada, para avaliar a dimensão daquele caroço e saber se havia manifestação cerebral. O procedimento só poderia ser feito no Hospital de Base.

“Voltamos para o Hospital de Base no dia 15 e lá nos disseram que o tal exame só poderia ser feito no dia 20, porque tinha outros pacientes na fila de espera. Meu filho não ia agüentar esperar”, observa a mãe.

Com dinheiro emprestado pela patroa — R\$ 285 — a doméstica Maria, que ganha R\$ 300 por mês, levou o filho para fazer a tomografia no Hospital Santa Helena, na Asa Norte. Resultado: o exame apontou que o tumor era maligno e que tinha vestígios no cérebro. Wesley precisava ser operado.

Na sexta-feira daquela semana, dia 16 de agosto, Maria voltou ao Hospital de Base, para internar o filho. Ele ficou internado no setor de Politraumatizados. “Lá, misteriosamente, a tomografia sumiu”, denuncia Maria.

O exame foi refeito lá mesmo, no HBDF. O diagnóstico foi confirmado. Wesley seria operado no dia 20. Não houve tempo. O rapaz, que sonhara em ser soldado da Polícia Militar, morreu na madrugada do dia 18.

ACUSAÇÃO

A partir daí, a história se torna dramática e as acusações de Maria contra o Hospital de Base são mais contundentes. “No sábado, meu filho já estava inconsciente. Nenhum médico foi vê-lo. Só mandavam remédios para ele ficar prostrado”, denuncia.

“Eu implorava para que um médico qualquer atendesse meu filho. Ninguém tomou conhecimento. Ele ardia de febre. Um médico perguntou se meu filho tinha Aids e foi embora”, continua.

“Depois que eu muito gritei naquele lugar, um médico foi examinar meu filho e mandou a enfermeira aplicar uma injeção nele. Wesley deu o último suspiro e morreu”, conta.

Depois de enxugar as lágrimas, Maria se recompõe e, desolada, desabafa: “Eu sabia que o caso era grave, mas o que eu não perdoo é ele ter morrido sem assistência, jogado à míngua. Estou denunciando para que outras pessoas não passem pelo meu desespero.”

Em seguida, em outro acesso de indignação, ela lembra: “Até quando esteve consciente, Wesley me perguntava se ia demorar para ser operado. Ele queria viver.”

DESFECHO

Diante da denúncia pública de Maria, o HBDF convocou, quinta-feira, sua Comissão de Ética Médica, composta por seis médicos do hospital, para apurar os fatos. A comissão terá prazo de 30 dias para apresentar o resultado.

“Essa comissão foi criada em 1985 e está vinculada ao Conselho Regional de Medicina (CRM)”, explica o chefe da emergência, Wanderley Macedo de Almeida. “Se a comissão apurar que houve indícios de negligência e omissão por parte dos profissionais que atenderam o paciente, caberá ao CRM julgar o caso”, informa Macedo.

Raimundo Paccó



Maria José não contém as lágrimas quando lembra a agonia de seu filho